

A ILHA DE MARAMBAIA*

DENIS LERRER ROSENFELD¹

Professor

A invenção de quilombolas está se tornando uma perigosa prática nacional. Tanto mais perigosa que encontra respaldo jurídico num decreto presidencial de 2003 e apoio político-administrativo em órgãos como o Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura. Ora, um decreto presidencial, ato administrativo do Poder Executivo, não poderia regulamentar um artigo constitucional, o 68, que dispõe sobre os quilombos, requerendo uma lei complementar, cuja aprovação é atribuição do Poder Legislativo. Por outro lado, órgãos como o Incra e a Fundação Palmares se tornaram ideologicamente engajados, tendo como objetivo central relativizar a propriedade em nome de su-

postas funções raciais e sociais, atentando, inclusive, contra o Estado de Direito.

O decreto estipula a autodefinição enquanto critério da negritude e a consequente auto-atribuição de terras e propriedades rurais e urbanas como condições de desapropriação. O arbítrio da autodefinição e da auto-atribuição torna-se, então, a regra de ações então ditas quilombolas, não sendo necessário, por exemplo, que essas pessoas morem ou residam nesses locais. Ou seja, não é necessária a existência de quilombos, como estipula a Constituição. Não seria a primeira vez na História que ações "legais" atentam contra o Estado de Direito, numa deriva autoritária que pode pôr em questão os fundamentos mesmos da democracia representativa.

* N.R.: Publicado nos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo, no dia 23/7/2007.

1: Professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro, é uma base dos Fuzileiros Navais. Um local esplêndido. A União a comprou por "95 contos de réis" em 1905 e a transferiu para a Marinha em 1906. O seu título de propriedade remonta à fazenda do Comendador Breves, tudo estando devidamente documentado. Em função de vicissitudes históricas do Estado brasileiro, em 1938 lá funcionou uma escola de pesca, desativada em 1971. Em 1981 foi instalado o Centro de Adestramento dos Fuzileiros Navais. Está aos seus cuidados a conservação da ilha, que em nada interfere no que diz respeito às suas atividades propriamente militares. Trata-se de uma magnífica reserva ecológica, que vem sendo cuidadosamente preservada pela Marinha. Universidades lá realizam pesquisas. Não há plantações nem cultivo de espécie alguma. É quase um milagre que essa conservação tenha sido garantida, haja vista a destruição ambiental ocorrida em outras ilhas ao redor.

Ora, nem milagres parecem resistir à arbitrariedade. Um grupo orientado por uma ONG, cuja direção é formada por pastores e bispos metodistas, anglicanos e presbiterianos, fomenta e reclama essa área como "quilombola", tendo como respaldo o Decreto Presidencial 4.887. Habitam a ilha, além dos fuzileiros, 106 famílias, que vivem basicamente de pesca, cesta básica, Bolsa Família e aposentadorias. Até a intervenção

dessa ONG, não havia conflitos "raciais" na ilha. Aliás, sua população é completamente miscigenada, segundo diversos matizes, vivendo em pequenas áreas costeiras. As suas moradias têm cerca ao redor, configurando, assim, as suas posses. Nada mais simples do ponto de vista social do que conceder direitos reais de uso a essas famílias em suas áreas respectivas. Aliás, essa é a proposta da própria Marinha.

Ora, o que quer essa ONG com o apoio

da Fundação Palmares e o Incra? Nada menos que 16.000.000 de metros quadrados para 106 famílias, tornando-as "proprietárias" de praticamente metade da ilha e de quase toda a sua baía. O que pretendem realmente? Tomar posse de paredes rochosas e da mata nativa? Ou talvez, sob o belo nome de "turismo étnico", dar início à especulação imobiliária? O que está realmente por trás de tudo isso? Há laudos ambientais segundo os quais não é aconselhável a ocupação humana dessa

Uma magnífica reserva ecológica, que vem sendo cuidadosamente preservada pela Marinha. Universidades lá realizam pesquisas. Não há plantações nem cultivo de espécie alguma. É quase um milagre que essa conservação tenha sido garantida, haja vista a destruição ambiental ocorrida em outras ilhas ao redor

área de preservação, objeto precisamente dessa ação "racial".

É curioso que o "laudo racial" que serviu de base para instrução do processo junto à Fundação Palmares e o Incra tenha sido feito pela própria ONG. Ela seria simultaneamente parte, "juíza" e incentivadora de tudo o que acontece, estando milagrosamente em todos os lugares ao mesmo tempo, numa ubiquidade ideológica digna de seres que agem segundo uma "causa" tida por "absol-

luta". Ela fornece, assim, os "relatórios técnico-científicos", que deveriam ser mais apropriadamente denominados "técnico-ideológicos", como se, dessa maneira, a legalidade estivesse preservada.

Imaginem o que – se nem a Marinha é respeitada – poderia bem acontecer com os pequenos proprietários rurais e urbanos, confrontados com "reivindicações raciais" dessa espécie. Quem os defenderia? Há todo um símbolo aqui em

Estamos criando o *apartheid* que não fez parte da História nacional

jogo. Se a Ilha de Marambaia for desapropriada, a mensagem passada é a seguinte: se nem as Forças Armadas resistem a nós, o caminho está aberto a novas ações que podem reformatar completamente as relações de propriedade e, mesmo, partes inteiras do território nacional. Um trabalho preliminar, neste sentido, já foi feito pela Universidade

de Brasília, que construiu um "mapa racial" brasileiro, que serve de orientação para as ações ditas quilombolas. Unidades da Federação seriam amputadas de uma parte considerável de seu território, não importando a existência de títulos de propriedade privados ou públicos, nem a própria existência

de cidades. Sabemos que bastam os critérios arbitrários da autodefinição e da auto-atribuição para dar início a uma reinvidicação desse

tipo, não valendo os direitos de propriedade, por mais antigos e legais que sejam.

Surge uma nova legalidade, a legalidade do arbítrio, passando a legislar sobre tudo. Estamos entrando no terreno da exceção em nome de supostos critérios de raça, criando o *apartheid* que não fez parte da História nacional.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS> ; Ilha de Marambaia; Política para o Meio Ambiente; Ecologia; Quilombolas;

TEATRO NO MUSEU

VIDA A BORDO

Numa viagem no tempo a bordo de uma nau do século XVI, os alunos de escolas que visitam o Museu Naval podem conhecer um pouco sobre os interesses que levaram os portugueses a navegarem além-mar.



Lindomar (ator Thiago Macedo), capitão nomeado pelo rei, e seu experiente amigo Aires Marinho (ator Luciano Moreira) organizam uma expedição de Portugal rumo ao Rio de Janeiro. Ao som de canções lúdicas, a criançada participa ativamente dessa "viagem" que mostra os instrumentos de bordo então usados, as fainas, a alimentação e diversas

situações vividas nessa travessia do Oceano Atlântico.

Vida a bordo, com texto e direção de Dulce Bressane, é ideal para crianças de 6 a 10 anos.

Agendamento para grupos: 2104-5506 Ramal 208 (Aline) ou 2104-6721 (Comandante Menegassi).

